

O *boom* ambiental na imprensa

Uma análise das notícias sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia da década de 70 aos anos 2000*

The Environmental Boom in the Media: An Analysis of the News on Deforestations and Forest Fires in the Amazon During the Last Decades

Luciana Miranda COSTA**

RESUMO

Este artigo apresenta as conclusões de uma pesquisa (PARD/UFPA/CNPq, 2006) que analisou o significativo papel da mídia no “boom” ambiental que vem se registrando nas últimas décadas, com ênfase para os desmatamentos e queimadas na Amazônia. O leitor encontrará neste texto os elementos que apontam a mídia impressa como agente multiplicador das informações presentes na contemporaneidade, o papel do Estado e das políticas públicas na raiz dos problemas ambientais na Amazônia, as causas e efeitos dos desmatamentos e queimadas e os principais agentes sociais envolvidos. Além disso, há uma abordagem específica sobre o discurso jornalístico para cada década, ressaltando temas como: a colonização e o desmatamento (década de 70), o receio sobre a “internacionalização da Amazônia” e o corte em financiamentos internacionais para grandes projetos (década de 80), o destaque midiático com a Rio 92 (década de 90) e o “olhar verde” da imprensa neste novo século. A base teórica de análise está centrada em autores e conceitos da Sociologia e da Semiologia dos Discursos Sociais. O objetivo principal da pesquisa foi verificar como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais a partir de suas fontes de informação. O que se constatou foi que as matérias jornalísticas, predominantemente descritivas e factuais, privilegiaram como suas “fontes” principais os órgãos governamentais. Já a partir do final da década de 80, passaram também a se constituir como fontes instituições de pesquisa e ONGs. Os pequenos agricultores, fazendeiros, índios, madeireiros e seus respectivos órgãos de representação apareceram de “forma secundária” nas matérias durante todo o período, ora como “vilões” ora como “vítimas” do acentuado processo de desmatamento e queimadas na Amazônia.

Palavras-chave: desmatamento; queimadas; mídia impressa; Amazônia; análise de discurso.

* A pesquisa contou com apoio institucional e financeiro da UFPA, através do Programa de Apoio ao Recém Doutor (PARD 2006), e do CNPq. Este artigo é uma versão ampliada de um trabalho apresentado oralmente no NP Comunicação Científica, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2007.

** Jornalista formada pela PUC de SP, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutora em Desenvolvimento Sócio-Ambiental (NAEA/UFPA), professora e pesquisadora do CNPq. Contato: luciana.costa@pesquisador.cnpq.br

ABSTRACT

This article presents the conclusions of research (PARD/UFPA/CNPq, 2006) that analyzed the significant role of the press in exposing environmental issues in the past decades (1975-2002), with emphasis on deforestations and forest fires in the Amazon. This article points at the media as an essential multiplier agent of information to the digital media, the role of the Brazilian government in the root causes of environmental problems in the Amazon, the causes and effects of deforestations and forest fires in the region and the social agents involved in this process. About 1.300 reports published in Brazilian newspapers and magazines during the last decades were analyzed.

Key words: deforestation; forest fires, Amazon; Brazilian media.

Introdução

No final de 1997 e início de 1998, o país assistiu estarrecido a um grande incêndio florestal que atingiu o Estado de Roraima, causando um sério impacto aos ecossistemas existentes. O fato chamou a atenção não somente pela proporção dos prejuízos ambientais e econômicos que causou, mas pela ampla e sistemática cobertura do evento feita pela mídia nacional e internacional (COSTA L., 2006). A divulgação deste tipo de informação quase que diariamente pelos meios de comunicação, particularmente pela Agência Estado e os jornais a ela associados (*O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*) e, em tempo real, pela internet, permitiu que a população fosse tomando contato com uma série de terminologias como: focos de calor, “detecção por satélite” e brigadas.

A temática ambiental conjugada com o papel da mídia como produtora de sentidos e principal responsável pela publicização das questões sociais é de relevante importância para as políticas públicas de caráter ambiental e social implementadas na Amazônia e foi tratada inicialmente na pesquisa intitulada *Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia* (COSTA, L., 2004)¹. O que se propôs nesta segunda etapa da pesquisa foi focar

o significativo papel da mídia no *boom* ambiental que vem se registrando nos últimos anos.

Os objetivos principais foram: 1. analisar, com ênfase na temática dos desmatamentos e queimadas, como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais durante as últimas quatro décadas aproximadamente; e 2. analisar como os diferentes sentidos produzidos pela mídia construíram e foram construídos a partir das diversas formações discursivas² (política, científica e ambiental) que embasaram o discurso jornalístico através de suas “fontes” de informação.

A base principal de dados para esta etapa foi obtida através de pesquisa na internet (2006) e durante levantamento de informações nos arquivos de jornais e revistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE – S. J. dos Campos), realizada em setembro de 2003. Tratou-se, desta forma, da seleção, sistematização e análise de aproximadamente 1.300 artigos e/ou reportagens publicados nas principais revistas (*Veja*, *Isto É*, *Época*) e jornais brasileiros (p.ex.: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Liberal*).

Partiu-se, inicialmente, da seguinte problemática: a cobertura feita pela mídia impressa nas últimas quatro décadas aproximadamente, sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia, estaria se baseando em informações

¹ O trabalho, fruto de tese de doutorado (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2004), que teve como objeto de estudos as campanhas de comunicação voltadas à prevenção de incêndios florestais na Amazônia, recebeu o prêmio (nacional) José Gomes da Silva: *Melhor Tese de Doutorado em Sociologia 2005*, concedido pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER); foi finalista do Prêmio Intercom 2005 (Nacional – Tese de Doutorado, concedido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação); e recebeu o prêmio regional NAEA 2004 – Tese de Doutorado, concedido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, no início de abril de 2005.

² O conceito de formação discursiva, elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado através da aprendizagem linguística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir linguisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995).

fornechas prioritariamente por órgãos ambientalistas, favorecendo uma visão parcial do problema e contribuindo para reafirmar o desequilíbrio e tensão entre os campos³ ambiental e rural (incluindo os subcampos da agricultura familiar e da monocultura/pecuária em grande escala).

O que se constatou, após a análise do material, foi que as matérias jornalísticas, predominantemente descritivas e factuais⁴, privilegiaram como suas “fontes” os órgãos governamentais. Já a partir do final da década de 80, passaram a se constituir como fontes constantes de informações, instituições de pesquisa e ONGs. Os pequenos agricultores, fazendeiros, índios, madeireiros e seus respectivos órgãos de representação, apareceram de “forma secundária” nas matérias durante todo o período, ora como “vilões”, ora como “vítimas” do acentuado processo de desmatamento e queimadas na Amazônia. A partir da década de 90, consolidam-se como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para “falar” sobre a Amazônia as fontes do campo científico e ambiental (particularmente as organizações não-governamentais – ONGs), além das vozes do já citado campo político.

No sentido de contextualizar historicamente este *boom* ambiental presente na mídia impressa nas últimas quatro décadas, o leitor encontrará a seguir: a base teórica de análise, com autores e conceitos da Sociologia e da Semiologia dos Discursos Sociais; os elementos que apontam a mídia impressa como agente multiplicador das informações presentes na contemporaneidade (como no caso da Internet); o papel do Estado e das políticas públicas na raiz dos problemas ambientais na Amazônia; as causas e efeitos dos desmatamentos e queimadas e os principais

agentes sociais envolvidos; e uma abordagem específica sobre o discurso jornalístico para cada década, ressaltando temas como: a colonização e o desmatamento (década de 70), o receio sobre a “internacionalização da Amazônia” (década de 80), o destaque midiático com a Rio 92 (década de 90) e o “olhar verde” do novo século.

O discurso na perspectiva teórica

O referencial teórico e metodológico que orientou a pesquisa está fundado em conceitos extraídos das obras de autores que compreendem as relações sociais como estruturadas e estruturantes do mundo social, ou seja, que localizam na disputa do *poder simbólico*⁵ o eixo que organiza os interesses e estratégias dos agentes sociais.

As reportagens e artigos referentes à temática dos incêndios florestais na Amazônia puderam também ser analisados através do *discurso* que lhes correspondem, tomando-o como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de *fazer ver e fazer crer* (BOURDIEU, 1998, p. 173). A teoria dos discursos sociais trabalha com os processos de constituição do *discurso*, que pode ser definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido, ou seja, é uma prática discursiva⁶ (ARAÚJO, 2000, p. 121).

As relações de comunicação são, deste modo, relações de poder que dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. A legitimidade discursiva baseada no reconhecimento que os receptores lhe atribuem,

³ Refiro-me ao conceito de campo de Bourdieu, que remete à idéia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionalmente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (BOURDIEU, 1998, p. 133). O limite de um campo é o limite dos seus efeitos.

⁴ Embora, como se verá no decorrer do texto, a partir da década de 80 tenha se observado um número maior de reportagens que buscavam apresentar as causas, consequências e repercussões dos fatos mencionados.

⁵ O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu, que tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social (BOURDIEU, 1998, p. 09). O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

⁶ “O contexto da ação discursiva vai buscar em Austin e na teoria dos ‘atos de fala’ a sua justificativa: discursos não expressam ações – são ações; o ato de discursar é constitutivo dos efeitos de sentido. Por isto, a prática discursiva pode ser entendida como contexto dos discursos” (ARAÚJO, 2000, p. 141). Barros Filho e Martino observam que “a elevação da comunicação ao *status* privilegiado de objeto-meio para a compreensão de um objeto de maior porte, angariou a simpatia de autores tão díspares quanto Merton e Foucault, passando por diversas correntes teóricas. Há, todavia, uma perspectiva comum, a utilização da comunicação como meio de delineamento das tramas sociais. Enquanto canal de circulação do poder, as formas de comunicação – do discurso *vis à vis* às comunicações de massa – tornaram-se cruciais para a análise de uma sociedade progressivamente estruturada por ela” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 161).

instaura as relações de poder que lhe são inerentes, sendo determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos agentes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe, pela história das relações institucionais anteriores, pela forma de mediação discursiva e pela concorrência de outras falas (ARAÚJO, 2000, p. 145). A linguagem apresenta-se, portanto, como uma arena de confrontos sociais, na qual as relações de sentido são parte essencial na constituição das relações de poder⁷.

O discurso é a principal arena na qual os diferentes capitais⁸ dos agentes, transfigurados em capital simbólico, lutam pelo poder simbólico e pela hegemonia de modos de ver, perceber e definir o mundo, de representá-lo. O discurso possibilita apreender o consenso e o conflito existentes nas relações sociais através das “marcas” que ele carrega. Os sistemas simbólicos irão cumprir sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da visão de mundo dominante, na medida em que são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento.

Utilizando-se do conceito de *formações discursivas* elaborado por Foucault, Orlandi observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas⁹. A autora assinala que “o fato de um texto estar associado a um sentido é uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p.35), pois este recusa a inclusão necessária de toda seqüência em uma formação discursiva (e não outra), para que essa seqüência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido. Pêcheux chama a essa “ilusão do indivíduo”, que se acredita senhor absoluto de seus atos e de seus pensamentos, de *Efeito Munchausen*. Nas palavras do autor: “o efeito fantástico pelo

qual o indivíduo é interpelado em sujeito (...), em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1988, p.157). Sob um enfoque semiológico, como foi o caso desta pesquisa, Araújo coloca o sujeito como aquele que trabalha sobre a matéria significativa para produzir enunciados, enfatizando, no entanto, que esse trabalho sofre coerções de duas ordens: uma, a de suas singularidades, e outra, a do campo histórico (ARAÚJO, 2000, p. 166).

Fausto Neto enfatiza que as marcas da história presentes em um discurso trazem consigo a dupla constatação de que o sujeito não controla inteiramente seu discurso, uma vez que é lugar de uma ordem de disputas simbólicas que ultrapassa sua consciência; e a de que “todo discurso se constrói à base de outros discursos e todo discurso, embora pertencendo a um campo matricial distinto, tem conexões com outros campos matriciais discursivos” (FAUSTO NETO, 1991 apud ARAÚJO, 2000, p.166).

O discurso da mídia impressa e sua importância como agente multiplicador

O filme se repete todo ano de forma constrangedora para o Brasil. São florestas pegando fogo, parques nacionais destruídos pelas chamas, aeroportos fechados em virtude da fumaça. Essas cenas correm o mundo sempre nesta época do ano. Elas são péssimas para a imagem brasileira no exterior porque revelam um país incapaz de zelar pela sua própria riqueza natural. Na semana passada, o fogo estava outra vez destruindo áreas enormes na Amazônia e de outras regiões no interior do país (Veja, 02/09/98)¹⁰.

⁷ Bourdieu observa que o discurso é marcado por um saber prático propriamente lingüístico, pois se trata do produto do encontro entre um *habitus* lingüístico, isto é, uma competência inseparavelmente técnica e social (ao mesmo tempo capacidade de falar e capacidade de falar de uma certa maneira, socialmente marcada) e um mercado, isto é, um sistema de formação de preços que vão contribuir para orientar antecipadamente a produção lingüística (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 29).

⁸ “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural)” (BOURDIEU, 1998, p. 134).

⁹ Atenta às interpretações que viam nas formações discursivas “regiões fechadas e estabilizadas”, Orlandi explicita que as formações discursivas, ao mesmo tempo em que determinam a posição do sujeito, não a preenchem totalmente de sentido, pois elas são constituídas pelas diferenças, contradições e movimento, ou seja, um contínuo processo de reconfiguração. “Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isto que dá identidade ao sujeito e ao sentido” (ORLANDI, 1994, p. 10-11).

¹⁰ Os grifos que se encontrarão nas citações deste texto foram feitos com o objetivo de destacar palavras, categorias ou idéias que aparecem nos periódicos. Além disso, os grifos têm a finalidade de chamar a atenção do leitor para a construção argumentativa dos próprios veículos impressos sobre os diferentes aspectos da problemática ambiental tratados neste artigo. Quando se tratar de grifos originais dos periódicos ou de autores citados, o leitor será avisado.

Os jornais e revistas vêm sendo apontados como os grandes responsáveis pela produção de informações para os novos meios digitais (LUFT, 2005, p.47). Eles abastecem com informações boa parte do que pode ser acessado via internet, atuando como “alimentadores-chave” de inúmeros *sites*. Isto se deve ao fato de os jornais deterem, historicamente, uma grande capacidade e habilidade para a construção de reportagens, o que lhes dá legitimidade e competência.

As informações veiculadas no meio impresso, embora não sejam consumidas diretamente pelo assim chamado público-alvo, acabam chegando a todos, indistintamente, por intermédio de um *efeito multiplicador* (VASCONCELOS, 1993, p. 146 apud LUFT, 2005, p. 51). [Grifo original].

Desta forma, os veículos impressos possuem a capacidade de nortear a discussão ambiental, agendando e divulgando em suas páginas informações sobre a temática que irão repercutir em outros campos.

Dados de uma pesquisa coordenada pelo professor da USP Pedro Jacobi e pela jornalista Laura Valente mostram que a imprensa brasileira trata de questões ambientais, via de regra, em três ocasiões: a) catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos à natureza (foi o caso do incêndio de Roraima); 2) relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados científicos sobre o aquecimento global; e 3) no dia 5 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pela Organização das Nações Unidas – ONU (*Imprensa*, v. 14, n. 161, jun. 2001, p. 22-6 apud LUFT, 2005, p. 46). Acrescente-se a isto, o caráter imediatista da maioria das matérias sobre meio ambiente, como observado na citação abaixo:

Pode não voltar a ser tema de editorial do “The New York Times” (como em 08.10.88) ou de capas das revistas “Time” (02.01.89) e “Newsweek” (30.01.89), mas os meios de comunicação reforçarão ainda mais uma vez a impressão de que a devastação começou ontem. Nem mesmo os dados alarmantes do Instituto de Pesquisas Especiais (Inpe) sobre 8 milhões de hectares dizimados por queimadas podem ser considerados recentes: são de 1987 (...) (Marcelo Leite. *Folha de S. Paulo*, 11/02/1989).

Os dados de outra pesquisa, desta vez realizada com jornalistas, mostra que os jornais diários ainda não

perceberam a importância de manter espaços mais amplos para matérias sobre meio ambiente. O principal obstáculo apontado nessa questão é o ritmo acelerado das redações, que dificulta uma abordagem mais aprofundada dos temas ambientais que, por sua vez, requer conhecimento técnico, dedicação e especialização (*Imprensa*, v. 14, n. 161, jun. 2001, p. 22-6 apud LUFT, 2005, p. 46).

No caso dos jornais mais “populares”, destinados a um público de poder aquisitivo menor, a cobertura é ainda mais incipiente, pois “o ‘leitor de classe baixa’ não se interessa por esse tipo de leitura, tendo em vista que seus interesses apontam em grande parte para o plano do imediatismo” (*Imprensa*, v. 14, n. 161, jun. 2001, p. 22-6 apud LUFT, 2005, p. 47).

Portanto, a questão ambiental, embora a sua importância seja inquestionável, ainda não foi internalizada de modo sistemático no agendamento diário da grande imprensa brasileira, com exceção dos veículos especializados. A década de 90 assistiu a um significativo aumento de editoriais específicos para a “ciência” e/ou “meio ambiente” na grande imprensa, bem como a criação de jornais e revistas especializadas e o surgimento de redes de jornalismo ambiental pela internet. No entanto, o processo ainda é lento se comparado à magnitude dos problemas ambientais e suas conseqüências, inclusive a curto prazo, como o aquecimento global ou a exploração predatória de madeira.

Observe-se ainda que os fatos ambientais que geram notícia são, como constatado por Luft (2005) e ratificado pelos resultados desta pesquisa, em geral, vinculados a questões de ordem política. Ou seja, apesar de o país apresentar uma das mais modernas legislações ambientais do mundo, será no campo político e, mais precisamente, através de órgãos governamentais, que a aplicabilidade da lei acontecerá ou não. Isto se reflete na própria cobertura feita pelos veículos sobre meio ambiente, que, via de regra, não se antecipam aos acontecimentos, registrando o factual e tendo como fonte principal de informação os órgãos governamentais.

Desmatamento e queimadas: a Amazônia à mercê das políticas governamentais

O bote mortal contra a Amazônia é armado na moita. Primeiro, o fazendeiro contrata uma madeireira para

arrancar mogno de suas terras. Depois, vende outras árvores nobres, como a castanheira, o ipê e o cedro. A motosserra abre grandes clareiras na mata. Enfraquecida, a floresta sofre. A vegetação das bordas morre. Alguns fazendeiros mandam cortar também as madeiras brancas, usadas na fabricação de compensados e tábuas para a construção civil. Quando a floresta está esgotada, o fazendeiro dá o golpe final. Acende tochas feitas com pneus velhos e toca fogo. A mata arde por alguns dias. No momento em que o fogo se apaga, só restam cinzas e poucos troncos teimosos fincados como palitos na paisagem calcinada. À primeira chuva, o fazendeiro semeia capim (*Veja*, 07/04/99).

O modelo de desenvolvimento implantado durante os governos militares, cujas consequências podem ser percebidas na citação acima, aparece entre os meios científicos como o grande responsável pelo processo de desmatamento que se desencadeou ao longo das últimas três décadas na Amazônia.

Quando o desenvolvimento econômico da Amazônia, no final da década 60 e início da de 70, foi pensado pelos militares, tendo por base a pecuária de larga escala, já havia uma sólida agricultura familiar em várias áreas. A opção pela pecuária por parte do governo federal, como já o demonstrara Costa, F. (1993), objetivou conjugar abundância de terras com escassez de trabalho e capital, além do que, o movimento e modernização do conjunto da agricultura brasileira dependeria do desenvolvimento de sua “margem extensiva”, ou seja, quanto menor o peso desta, maior a intensificação e tecnificação possível em terras de colonização antiga.

Buscava-se a anulação do campesinato nas áreas antigas, através da modernização e tecnificação do latifúndio, e nas áreas novas, com a entrada massiva de capital, representado, principalmente, por grandes empresas agropecuárias (COSTA, F., 1993, p. 38).

A pecuária de grande porte mostrava-se, assim, duplamente positiva: poderia adequar o uso de grandes

extensões de terras com um mínimo de trabalhadores e tolher a expansão da agricultura familiar de tipo extensiva em terras novas. Conformou-se, a partir daí, a política de incentivos fiscais que, em conjunto com uma política de terras favorecedora das grandes apropriações, imprimiu características próprias à fronteira¹¹ agrícola na Amazônia a partir da segunda metade dos anos 60 (COSTA, F., 1993, p. 38). Entre 1960 e 1970, quando já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% das chamadas “terras novas”, concentradas principalmente nesta região, foram incorporadas por estabelecimentos com menos de 100 hectares (ha) e 64,7% por estabelecimentos com mais de 100 ha, sendo que cerca de 75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 ha (MARTINS, 1983, p. 97).

Os empresários, segundo Costa, F. (2000b), aplicaram os seus recursos em terras – “no único meio de produção que não perde valor com o tempo, embora sofra flutuações conjunturais” – agregando-lhes valor a partir do que fosse feito com elas (da derrubada da mata aos investimentos de infra-estrutura). “Para os empresários, pois, não houve risco a ser considerado” (COSTA, F., 2000a, p. 69).

O governo optou por um modelo concentracionista de propriedade, garantindo o poder político e econômico de uma importante base social de sustentação do golpe de Estado e do regime militar: os proprietários de terra e as oligarquias locais de base fundiária (MARTINS, 1995).

Conforme observou Luft (2005), a implantação de rodovias foi realizada com inteira ausência de previsão de impactos físicos, ecológicos, sociais e fundiários, fato que acarretou frentes múltiplas de devastação, a partir das margens e cruzamentos dos eixos em construção. Foi ao longo da rodovia Transamazônica que o governo deu início ao programa oficial de “ocupação” da Amazônia, com o assentamento de 6.000 famílias através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criado em 1970 com essa finalidade. “Os espaços abertos na floresta e a estrutura caótica que se criou em torno desses assentamentos se constituíram mais tarde, num ambiente fértil para a proliferação das madeiras e, conseqüentemente, para o desmatamento predatório” (LUFT, 2005, p.72). O mesmo

¹¹ A fronteira designa “espaços onde um processo de colonização está instituindo novas relações sociais ou redefinindo antigas. Vista assim, a noção de fronteira não pressupõe inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo ou em bloco, como o sugerido pela expressão norte-americana ‘fronteira em movimento’. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente ‘em aberto’, associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (MUSUMECI, 1984, p.5).

foi observado em outros Estados, como pode ser visto na citação a seguir:

Extrema [estado do Acre] cresce e a mata some – Se tudo vai bem, Décio Menoncim e seu trator derrubam um quilômetro de floresta por dia. Nem mesmo as árvores grandes resistem ao D-6 Cartepillar. “Dou duas ou três cutucadas com a lâmina e elas caem”, diz Décio. Quando não há jeito, seu irmão Sérgio – um dos quatro homens de apoio na equipe – vem com a moto-serra. Uma vistosa cerejeira tomba em dois minutos. A equipe está abrindo uma “linha”, uma estrada que serve aos colonos assentados pelo governo do estado do Acre e aos posseiros que vieram juntos. “Se não tirar a mata não tem progresso”, afirma Décio Menoncim. (*O Estado de S. Paulo*, 13/10/88).

Já com a criação do Programa Grande Carajás (PGC), no final da década de 70, fica clara a estratégia do Estado de incentivo à indústria de exploração mineral em larga escala, que vai culminar com a instalação de siderúrgicas e metalúrgicas no sudeste do Pará, para aproveitamento do minério de ferro da Serra dos Carajás.

Essas siderúrgicas têm incentivado os agricultores de toda região do sul do Pará a desmatarem suas terras para a produção de carvão vegetal em fornos caseiros, o que provocou a destruição de milhares de hectares de floresta tropical nativa nos últimos cinco anos (*O Estado de São Paulo*, 17/02/91).

Com isso, compõe-se um quadro ambiental nefasto: a implantação das madeireiras ao longo das estradas acompanhadas de projetos agropecuários e agroindustriais financiados pelo governo federal, as hidrelétricas e, mais tarde, o programa Grande Carajás, voltado para o setor mineral, foram os principais responsáveis pelos desmatamentos predatórios na Amazônia. Apenas na década de 90, quase 20 mil quilômetros quadrados de florestas foram derrubados a cada ano para dar lugar a projetos agropecuários e a grandes obras públicas de infra-estrutura (LUFT, 2005, p.76).

Não importa tanto, agora, concluir se o mundo financeiro ou “mediático” (como dizem os franceses) descobriu a Amazônia tocado pela morte de Chico Mendes ou pela pressão internacional de ambientalistas, ou ainda interrogando-se sobre a eficiência dos empréstimos dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Além de reacender um debate mofado sobre a internacionalização da Amazônia, as investidas em especial de norte-americanos tiveram o mérito de dar publicidade planetária a uma verdade martelada há pelo menos uma década por cientistas e vivida cotidianamente há séculos pelos índios: o ecossistema amazônico, apesar de sua exuberância, não pode sustentar indefinidamente um modelo de ocupação baseado nos “grandes projetos” (Marcelo Leite. *Folha de S. Paulo*, 11/02/1989).

O Pará figura como um dos líderes de desmatamento na região. Segundo Luft (2005), nas últimas décadas, a indústria madeireira danificou uma grande área da floresta, correspondente a 17% da Amazônia brasileira. Nestes, cerca de 80% das árvores foram extraídas ilegalmente. Em 20 anos, a contribuição da Amazônia na produção total de madeira no Brasil saltou de 14% para 85%” (*O Liberal*, 25/06/200 apud LUFT, 2005, p. 78). Segundo dados do Imazon (Instituto Homem e Meio Ambiente na Amazônia), a maior parte (76%) é comercializada no sul e sudeste do país. O restante abastece o mercado local (10%) e as exportações (14%) (LEITE, 200, p. 47).

A atividade madeireira na Amazônia também tem contribuído para a susceptibilidade das florestas ao fogo (NEPSTAD *et al.*, 1999, p. xxi). Isso ocorre porque, durante a retirada de espécies de valor comercial, outras árvores acabam também sendo derrubadas, ou tendo os galhos quebrados, transformando-se em material combustível para o fogo. Outra consequência dessa atividade é o aumento da abertura do dossel da floresta, facilitando a penetração da luz solar por entre as árvores e secando com mais rapidez folhas depositadas no chão, que também se tornam material inflamável¹².

¹² Segundo Souza (2000), no caso da mesma área queimar pela segunda vez, o fogo será proporcionalmente duas vezes mais alto e mais largo, além de dez vezes mais quente que na primeira vez, aumentando, dessa forma, a mortalidade das árvores que sobreviveram ao primeiro incêndio. Além disso, uma floresta intacta pode se manter resistente ao fogo mesmo após 16 dias sem chuvas, enquanto que uma floresta que já sofreu incêndios por mais de duas vezes fica completamente vulnerável ao fogo a partir de nove dias sem chuva (COCHRANE, 2000, p. 27-31 apud SOUZA, 2000, p. 4).

Causas e efeitos das queimadas e do desmatamento

As principais causas apontadas pela imprensa para os desmatamentos na Amazônia, como visto acima, estão ligadas às políticas governamentais de ocupação humana e econômica da região, que podem ser sintetizadas nas consignas “Terras sem homens para homens sem terra” e “Ocupar para não entregar”, que marcaram os anos do regime militar no Brasil. Através de incentivos fiscais concedidos pelo governo federal, muitas empresas do sul do país se instalaram na Amazônia, a maioria com projetos agropecuários. É o que exemplifica a citação abaixo, do então presidente da Manah S.A.:

“Temos cerca de 20 mil hectares de pastagem com 12 mil cabeças de gado. Produzimos um volume de carne muito maior que as peles de jaguatiricas que saíam de lá. Não tenho restrição ao fato de substituímos a mata por pastagem. Quando leio sobre fontes de calor na Amazônia detectadas por satélite, penso que naquele ponto há um brasileiro querendo produzir alimentos para vagabundos que estão nas grandes cidades”. (...) “Nós vamos derrubar mata, mesmo” [Fernando Penteador Cardoso, Presidente da Manah S.A.]. (*Folha de São Paulo*, 05/09/91).

As causas apontadas pela imprensa para as queimadas e incêndios florestais são de origem antrópica (acidentais ou propositais), ou seja, as chamadas causas naturais, como relâmpagos ou mesmo a combustão espontânea, são muito raras. Incluem-se no primeiro caso, principalmente, as queimadas utilizadas como instrumento nas atividades agropecuárias, a expansão da fronteira agrícola e, mais recentemente (final da década de 80 em diante), o cultivo da soja. As queimadas para limpeza das áreas constituem-se uma prática cultural corriqueira e barata para eliminar restos de vegetação, visando preparar a terra para o cultivo ou para renovação de pastagens. “De custo baixo, a queimada é a alternativa mais atraente para os agricultores” (*Isto É*, 09/09/87).

Os incêndios florestais acontecem, principalmente, quando as queimadas fogem ao controle de agricultores e pecuaristas, atingindo áreas de floresta e outras propriedades. Nas matérias jornalísticas, os motivos apontados

para este “descontrole” estão ligados ao desconhecimento ou não utilização de técnicas de prevenção (recomendadas por órgãos governamentais ou ONGs) e à expansão da fronteira agrícola, especialmente no caso de grandes propriedades, onde o desmatamento, visando a venda de madeira e a formação de pastos, atinge centenas de hectares de área contínua.

Entre os efeitos do desmatamento e queimadas citados pela imprensa encontram-se: as doenças respiratórias, o fechamento de aeroportos (“Uma nuvem negra instalou-se sobre Rio Branco há dez dias provocando suspensões diárias de vôos” (*Folha de São Paulo*, 29/08/91), o efeito estufa, o aquecimento global, os prejuízos financeiros para os proprietários e governos; a erosão e empobrecimento do solo, a perda da biodiversidade, o desaparecimento de espécies e o desequilíbrio ecológico. “Caso o ritmo [das queimadas e incêndios florestais] seja mantido, o homem atravessará a próxima década varrendo uma espécie de vegetal por hora da face do planeta” (*Veja*, 18/11/82).

Principais agentes sociais citados nas matérias jornalísticas

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, observa-se que o número de “vozes” presentes nas matérias jornalísticas é significativamente maior que no período anterior (1975-1987). Este fato aponta para uma participação mais ampla da sociedade nacional e de comunidades internacionais no debate sobre o tema. A partir do final dos anos 80, é possível perceber no corpo das matérias a participação constante de cientistas (geralmente pesquisadores de universidades e de institutos, p. ex.: INPE, USP – Universidade de São Paulo, UnB – Universidade de Brasília, Embrapa) e de ONGs (p. ex.: WWF – World Wildlife Fund, Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Greenpeace). “Enquanto os experimentos não sustentarem com base científica outras formas de gerenciamento, o IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] combaterá todo fogo que surgir” (*Correio Braziliense*, 17/01/92).

Os órgãos governamentais, durante todo o período analisado, foram as principais fontes de informação dos jornalistas (particularmente o IBDF [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal] – depois renomeado Ibama – e o MMA [Ministério do Meio Ambiente]). As referências ao

governo seguiram dois enfoques principais: descrição da criação ou intensificação de atividades visando a redução dos números de desmatamento e queimadas na Amazônia, ou matérias que criticavam a inoperância governamental para a solução do problema. Entre os motivos apontados para esta “inoperância” estava a carência de recursos humanos, técnicos e financeiros dos órgãos responsáveis (IBDF, depois Ibama).

Brasília – O presidente do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), Antônio José Guimarães, reconheceu ontem que o instituto “não tem condições de administrar competentemente a questão florestal brasileira” porque seu orçamento é “insuficiente”. O IBDF tem um orçamento para este ano de Cz\$ 4 bilhões, quantia considerada “ridícula” pelo diretor de Parques e Reservas do órgão, Luciano Pizzatto, e que representa apenas 6% da verba total do Ministério da Agricultura, ao qual é vinculado (*Jornal do Brasil*, 26/08/88).

Além disso, os veículos impressos enfatizaram também a fiscalização insuficiente e ineficiente; a ausência de uma política ministerial integrada para lidar com a questão; e a falta de um planejamento anual de prevenção e combate aos desmatamentos e queimadas, como aparece nas duas citações abaixo:

Seria preciso uma campanha de conscientização, lembrando os prejuízos que as queimadas trazem para os produtores e para a ecologia (*Correio Braziliense*, 17/09/87).

A criação de brigadas contra incêndios é fundamental, segundo os bombeiros (*Correio Braziliense*, 29/08/87).

Outros segmentos sociais envolvidos com a questão, como os pequenos agricultores, pecuaristas, índios e madeireiros tiveram, de um modo geral, pouco espaço e representatividade nas matérias analisadas, com exceção das reportagens sobre os projetos de colonização da década de 70 e das reportagens sobre o assassinato do líder seringalista Chico Mendes, em 1988. No caso das reportagens locais, alguns grupos, especialmente os índios, apareceram como “vítimas” do processo econômico.

O pior é que os índios das tribos caiapó, xicrin, arara e assurini, explorados pela ganância de alguns madeireiros, são os que menos lucram com isso. Um caiapó, por exemplo, recebe R\$ 50,00 para permitir a derrubada de uma árvore de mogno com mais de 40 metros de altura. Depois de cortada, essa mesma árvore é dividida em toras que chegam a valer até R\$ 2,1 mil no mercado internacional. Cada tora tem 3,2 metros cúbicos (*Liberal On-Line*, 08/11/98).

No entanto, no que se refere às queimadas, as técnicas “tradicionais” de combate e prevenção utilizadas pelos grupos sociais menos favorecidos economicamente (pequenos agricultores, índios e ribeirinhos) foram pouco mencionadas ou valorizadas, a exemplo do que também observaram Lucarelli *et al.* (1995). É o caso do uso de galhos e arbustos verdes (de difícil incandescência) na tarefa de abafar as chamas menores. Esta técnica foi denominada como “artesanal” (*Jornal do Brasil*, 12/08/88), “primitiva” (*O Estado de São Paulo*, 14/11/82) e “rudimentar” (*Correio Braziliense*, 24/09/83) pelos jornais, apontando, na maioria dos casos, para uma visão depreciativa deste instrumento em relação à sua eficácia.

Convém também ressaltar que grande parte das matérias dos jornais caracterizou-se pelo relato factual, noticiando predominantemente a situação circunstancial, sem a presença de informações complementares sobre antecedentes, causas, conseqüências e expectativas geradas pelos desmatamentos e queimadas no país. Os artigos de caráter analítico representaram cerca de 30% das ocorrências e foram encontrados principalmente nas revistas. Tratam-se de textos que apresentaram um grau mais elevado de densidade de informação, na medida em que fizeram referência a fatos anteriores ou aos seus processos de origem, além de apontar prováveis conseqüências ou expectativas geradas pelo fato noticiado.

Uma análise por décadas

A década de 70: colonização e desmatamento

Durante a década de 70, a ocorrência de matérias sobre a temática “desmatamentos e queimadas” foi pouco expressiva em relação ao total de matérias analisadas no restante do período, representando menos de 5%

do total. No entanto, a partir da análise discursiva do material, foi possível perceber que nesta primeira década os desmatamentos já eram citados em artigos e matérias que alertavam para a rápida destruição da floresta em decorrência dos projetos de colonização do governo federal e das políticas de investimentos na região, especialmente o incentivo à formação de pastos, sob a tutela da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

“A economia da Amazônia, até pouco tempo, dependia em grande parte do extrativismo, principalmente borracha, castanha, madeiras, sementes oleaginosas, resinas, óleos essenciais e gomas não elásticas. Mas essa economia esta perdendo para a devastação: onde a árvore deve ser derrubada para dar lugar à agricultura ou à pecuária” (*O Estado de S. Paulo*, 30/09/79, p. 35).

“Nada indica que a Amazônia venha ser usada de forma racional, inteligente e justa. Avança o tempo, ampliando-se as informações, aumenta o número de pesquisas, repetem-se as declarações de boa intenção, mas a prática não muda: continua sendo profundamente predatória – ao ambiente e ao próprio homem.” (*Shopping News*, 23/09/79, p. 3. Trecho da entrevista com o jornalista Lúcio F. Pinto).

As queimadas ainda não se constituíam em tema central das matérias jornalísticas, aparecendo, na maioria dos casos, como assunto complementar a questões como desmatamento, alternativas energéticas, construção de estradas, criação de “florestas de rendimento” e projetos de colonização.

Tratou-se, principalmente, de matérias argumentativas, verdadeiras narrativas, nas quais foram encontradas poucas citações. A “voz” dominante e única, em boa parte dos casos, era a do repórter.

Na esteira empoeirada dos tratores surgiu um punhado de gente ávida de terra e cheia de esperança. Posseiros, simples invasores e grileiros ocorreram de todos os cantos, principalmente do Brasil Central e do Sul, postando-se à beira da estrada para iniciar uma penetração tímida, mas predatória, onde os desmatamentos sucessivos projetaram no horizonte a triste imagem dos troncos calcinados, espetados na terra morta (*O Estado de S. Paulo*, 06/02/79).

Nota-se, no trecho acima, que os pequenos agricultores, embora não explicitamente, já são apontados como responsáveis pelo desmatamento e queimadas na Amazônia, percebe-se também uma crítica velada (o país encontrava-se em plena ditadura militar) ao governo federal e à política de ocupação da Amazônia, embora também surjam trechos mais explícitos neste sentido:

Atualmente, tudo está indefinido, não por má fé ou desleixo, mas por incompetência e despreparo. As reservas ecológicas não estão ainda definidas. Nem as reservas indígenas. Nem a política migratória. E muito menos de colonização (*O Estado de S. Paulo*, 06/02/79).

As matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p. ex.: *Folha de São Paulo* e *Estado de S. Paulo*) que viajaram para as áreas de novos assentamentos de colonos. As principais fontes foram, sem sombra de dúvida, órgãos governamentais (especialmente o extinto IBDF e a Sudam), seguidos de algumas associações de produtores, criadas em decorrência dos projetos de colonização. Observe-se ainda que foi no final da década de 70 que começaram as primeiras iniciativas visando à mudança na legislação, definindo em 80% a área a ser preservada em propriedades rurais particulares.

O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Paulo Berutti, recomenda ao governo do General João Baptista Figueiredo o aumento de 50 para 80% do índice de preservação da floresta nativa, nos projetos de ocupação da Amazônia (*O Estado de S. Paulo*, 19/02/79).

A década de 80: a intensificação do alerta ambiental

A década de 80 foi marcada por uma intensificação da cobertura jornalística sobre o tema, inclusive, por causa da detecção, por cientistas da Nasa (Agência Espacial Norte-Americana), de nuvens de monóxido de carbono sobre os oceanos Pacífico e Atlântico, na linha do Equador. Foi tam-

bém neste período que pesquisas científicas derrubaram definitivamente o mito da Amazônia como “pulmão do mundo”.

A imagem da Amazônia como o pulmão do mundo, uma fábrica verde de ar puro, a alimentar uma civilização poluente, há muitos anos encontra-se ao desamparo das descobertas científicas. Na semana passada, pesquisadores e brasileiros acrescentaram um dado a mais para desconcertar os ecologistas radicais (...). A Amazônia, com os seus cinco milhões de quilômetros quadrados de matas, gera gases tóxicos que espalham-se por regiões vizinhas do Oceano Atlântico (...). (*Veja*, 12/02/86).

Os destaques foram os anos de 1982, 1985, 1987 e 1988, nos quais o período seco foi bastante acentuado, culminando com a grande incidência de queimadas e incêndios florestais. Este fato motivou os cientistas Alberto Setzer e Marcos Pereira, do INPE, a desenvolver, a partir de 1985, uma técnica que permitiu a leitura diária de “focos de calor” através de imagens de satélite.

Todos os dias de julho a outubro, a 900 km de altitude, um olhar eletrônico mede a extensão da nossa incompetência: centenas de milhares de quilômetros quadrados queimados no Brasil Central e Amazônia (*Jornal da Tarde*, 25/08/88).

Satélites detectaram queimadas na região amazônica de até 65 mil quilômetros quadrados. São massas densas de fumaça de 400 quilômetros de largura, que se estendem por 600 quilômetros de extensão sobre a floresta em chamas (...). São as maiores fogueiras da história moderna da humanidade, segundo revelou ontem o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Alberto Setzer, somente comparáveis à erupção dos grandes vulcões do planeta (*Jornal do Brasil*, 06/02/86).

No entanto, foi no ano da promulgação da nova Constituição brasileira, 1988, que realmente se percebeu uma mudança significativa de atitude em relação ao problema das queimadas e incêndios florestais no Brasil. “De acordo com a nova Constituição, todo brasileiro tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do poder público defendê-lo e preservá-lo” (*Jornal da*

Tarde, 31/08/88). O número de matérias jornalísticas foi muito maior que nos anos e na década anterior, inclusive em publicações estrangeiras (p. ex.: *The Economist*, *Los Angeles Times*, *The New York Times*).

Amazônia – A destruição da floresta amazônica foi tema central do horário nobre de duas das principais redes de televisão dos Estados Unidos, a NBC e a ABC, durante os telejornais de quarta-feira última. “A morte do futuro” e a “destruição de uma maravilha” foram duas expressões usadas pelo repórter, sobre as queimadas na região de Rondônia. Segundo o repórter, a destruição da Amazônia deixou de ser um problema brasileiro para se tornar uma emergência mundial (*Folha de São Paulo*, 24/10/88).

Com o título “Amazônia em chamas”, a revista “Time” desta semana (edição 37) dedica uma página às queimadas na Amazônia, informando que novas imagens de satélite apontam para o desastre total (*O Globo*, 16/09/88).

A decisão do Governo Brasileiro de proteger a floresta amazônica já repercute na Europa: três jornais ingleses elogiaram o “Programa Nossa Natureza”, lançado anteontem pelo presidente Sarney. O “*Financial Times*”, diário econômico mais importante da Europa, diz que o Brasil age para salvar a Amazônia. “*Independent*” cita os satélites que vão detectar os focos de incêndio nas matas da região. E para “*The Guardian*” a decisão teria sido influenciada pelas exigências do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, no sentido de preservar a floresta tropical (*O Globo*, 14/10/88).

Esta mudança se deve, sobretudo, à divulgação, a partir de 1987, das imagens de satélite pelo INPE, que contabilizou para a Amazônia Legal 350 mil focos de queimadas que atingiram 204 mil km² (*O Estado de São Paulo*, 30/08/89). Soma-se a isso, a criação de reservas extrativistas e florestas nacionais, o assassinato do líder Seringueiro Chico Mendes, a controvérsia causada pelos números conflitantes advindos das imagens de diferentes satélites, o debate científico sobre o efeito estufa e o aquecimento global, além dos prejuízos ambientais causados por projetos de mineração, grandes obras públicas (como as hidrelétricas) e as discussões políticas sobre a suposta “internacionalização da Amazônia”.

Brasília – O maior empresário da colonização particular do Brasil, Ariosto da Riva, proprietário da Indeco S/A – Integração, Desenvolvimento e Colonização, pretende denunciar ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), nos próximos dias, a existência de um movimento, dentro e fora do país, em defesa da internacionalização da Amazônia. Segundo o empresário, a primeira vitória dos “internacionalistas” é o programa Nossa Natureza, lançado na quarta-feira pelo presidente José Sarney, e que, no seu entender, “é nefasto ao desenvolvimento e integração do território brasileiro” (*Jornal do Brasil*, 14/10/88).

Brasília – O Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, acha que a crescente pressão internacional sobre a Amazônia é estimulada por “falsos ecologistas que surgem por modismo da discussão sobre a preservação da floresta.” (...) São defensores de ocasião da Amazônia, que nunca pisaram na região, muito pouco conhecem da sua história ou de seus problemas e jamais se interessaram em estudar suas vocações econômicas – acusou o Ministro, referindo-se aos que chamou de “falsos ecologistas.” (*O Globo*, 01/03/89, p. 6).

Várias medidas governamentais, como o Programa Nossa Natureza¹³ do governo federal, mencionado na citação acima, foram tomadas a partir desta ampla divulgação midiática e de suas consequências (p. ex.: a suspensão de empréstimos internacionais). O destaque foi a mudança de subordinação do IBDF, do Ministério da Agricultura para o Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, que assumiu, então, a coordenação do controle das queimadas no Brasil. Também ganharam notoriedade midiática a suspensão dos incentivos fiscais e créditos oficiais para projetos agropecuários na Amazônia Legal e Mata Atlântica, através do Programa Nossa Natureza, e a criação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Se não acontecer mudança rápida e profunda na política florestal brasileira, daqui a pouco só nos restará o verde da bandeira (*Correio Braziliense*, 10/03/86).

Nova York – O New York Times afirmou em editorial de ontem que está ocorrendo um calamitoso ciclo de destruição em Rondônia, o estado da região amazônica em que a floresta é mais densa. A tragédia, segundo o jornal, é uma lição para o Brasil e também para os organismos internacionais que financiam projetos cujo desenvolvimento desordenado pode destruir irremediavelmente não apenas o Brasil, mas todo o meio ambiente do planeta (*O Estado de São Paulo*, 30/08/88).

As queimadas, juntamente com os desmatamentos, ganham destaque nos anos 80, inclusive devido ao fechamento de aeroportos por causa da fumaça durante os meses de verão. “Juntas, cinzas e fumaças provocarão, como acontece todos os anos, a interdição de aeroportos e pistas de pouso” (*Jornal do Brasil*, 03/08/86). A exemplo da década anterior, as matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p. ex: *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Veja* e *Estadão*), com um número bem mais significativo de matérias assinadas e marcadas pelo já mencionado tom de “alerta ambiental”.

Madeireiros, carvoeiros, pecuaristas, latifundiários, grileiros, posseiros, colonos, peões, ecologistas, atenção: começou mais uma temporada de queimadas na maior floresta do mundo, a da Amazônia, região alvo também do mais intenso processo de devastação do verde do planeta e onde – findo o período anual de destruição das árvores pelo fogo – terá desaparecido uma nova área de matas superior ao Estado de Sergipe (*Jornal do Brasil*, 03/08/86, João Batista de Freitas).

Como se percebe na citação acima, as madeiras também passam a ser vistas nas matérias jornalísticas como as grandes responsáveis pelos desmatamentos na Amazônia, ao lado dos pecuaristas, dos grandes projetos de mineração e dos pequenos agricultores.

Curioso: as queimadas dos últimos três anos se localizam exatamente nas áreas onde há incentivos fiscais para

¹³ “O ‘Programa Nossa Natureza’ vinculará a exploração econômica dos recursos naturais a projetos de proteção ambiental, repetindo, a nível de financiamentos internos e incentivos fiscais, as exigências ambientalistas feitas ao Brasil pelos organismos internacionais” (*O Globo*, 12/10/88).

projetos agropecuários. Diante disso, eles [Bird – Banco Mundial] chegaram a uma óbvia conclusão: não se trata de uma coincidência, a destruição é proposital (*O Globo*, 24/09/88).

Qualquer que seja a unidade econômica colonizadora de produção, para ela a floresta é um estorvo. No início da ocupação da Transamazônica, colonos eram vistos em Altamira, 100 quilômetros distante de seus lotes, comprando produtos para os quais a natureza lhes oferecia sucedâneos quase gratuitamente. Mas a floresta era uma estranha para eles. Mais do que estranha: era fonte de medos, com seu barulho, seus animais diferentes, suas doenças novas (a febre hemorrágica de Altamira apareceu na época, com as características de uma epidemia). Para recompensa econômica e tranquilidade psicológica, melhor pôr abaixo aquele ente estranho ao mundo do colonizador, que arruma a casa ao seu gosto, mesmo que desarrumando (*Jornal Povo*, n. 3, fevereiro de 1988).

“Todos os segmentos sociais querem saber da comida na mesa, mas ninguém se importa com os sacrifícios pessoais e financeiros, nem sempre recompensados, que o agricultor faz para produzir”, afirma Rodrigues de Moura [Presidente da Federação da Agricultura no Estado de Rondônia (Faeron)]. Ele diz que se existisse por parte dos governos federal e estadual uma efetiva política de incentivo e de amparo ao produtor, a incidência de queimadas, nessa época do ano, não apenas em Rondônia, mas em toda a Amazônia seria reduzida a níveis baixíssimos (*O Estado de São Paulo*, 01/09/88).

As principais fontes do período ainda foram os órgãos governamentais (especialmente o extinto IBDF, Sudam, MICT – Ministério da Ciência e Tecnologia, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Aeronáutica, Funai – Fundação Nacional do Índio e INPE), seguidos de algumas exceções, como representantes de madeireiras ou empresas responsáveis por projetos agropecuários na Amazônia. A citação abaixo reproduz fala do então presidente da Manah S.A.

“São eles trabalhadores do sertão: são eles empresários da produção rural; são eles funcionários de governo da região – são todos eles que estão fazendo o futuro deste

grande país, dotado de amplas áreas beneficiadas por Deus com boas chuvas de verão. Eles merecem palavras de conforto, antes de serem tachados de destruidores, de devastadores e de incendiários por pretensos defensores do meio ambiente, ávidos da falsa notoriedade apoiada em sensacionalismo” (*Gazeta Mercantil*, 21/10/88).

Nota-se acima a reação do empresário aos ataques que os ecologistas passaram a fazer, por meio das páginas dos jornais, contra os projetos governamentais causadores de desmatamento na Amazônia. As organizações não-governamentais (ONGs) ganharam espaço nas páginas das publicações nos anos 80, principalmente as internacionais, com destaque para o Instituto de Estudos da Amazônia (IEA), National Wildlife Federation, Rainforest Alliance de Nova Iorque, Amigos da Terra, SOS Mata Atlântica, WWF, Greenpeace, Worldwatch Institute e Óikos.

WASHINGTON – Quatro organizações internacionais que defendem a ecologia denunciaram essa semana, no Congresso dos Estados Unidos, que o Projeto Grande Carajás vai devastar a floresta amazônica, com a conivência do Banco Mundial (Bird), que financia o empreendimento. Segundo elas, a mata será transformada em carvão para alimentar as indústrias de ferro gusa e poderá ser arrasada em menos de 20 anos (*O Globo*, 02/08/87).

Ainda de acordo com a WWF, mais de 5.800 quilômetros quadrados [de florestas]; na sua maior parte selva virgem, correm perigo devido a projetos destinados a gerar 14.000 megawatts de eletricidade (*O Globo*, 27/08/88).

Até a virada do século, os ecologistas acreditam que restarão apenas dois grandes blocos de florestas tropicais – na Amazônia Ocidental e no centro do Zaire (*The Economist*, reproduzida pela *Gazeta Mercantil*, 20/08/88).

“Hoje, pedir a um colono para não queimar a mata é o mesmo que lhe colocar uma corda no pescoço”, comenta o ecologista [José Lutzenberger]. (*O Estado de São Paulo*, 16/10/88).

Também foram ouvidos, mas como exceções, no período: “lavradores”, índios, fazendeiros, trabalhadores e seringueiros. No entanto, as vozes desses agentes eram usadas, via de regra, para ratificar o discurso do próprio jornalista, ou seja, para mostrar que, dependendo do agente, ele era “realmente” responsável pela destruição ou pela preservação da floresta. Os dois exemplos abaixo, mais comuns neste período, referem-se ao primeiro caso. A terceira citação diz respeito ao segundo e aponta para uma situação conflitiva entre os agentes sociais envolvidos.

Os pequenos estão no fundo, bem no interior. Ou são empregados, como Sidney Mariano, que chegou há um ano e meio com a mulher e dois filhos de Foz do Iguaçu (“Lá não tinha trabalho”) e por esses dias começou a abrir as terras de seu patrão, nas margens da rodovia. “Fazer o aceiro, com quatro homens, durou um mês. Mas queimar foi rápido. A gente corta pedaços de pneu velho e põe numa estaca de forquilha. Bate o Binga (uma marca de isqueiro) neles e o fogo começa. Com ‘quatro pé de fogo’ desses e mais o vento, queimou tudo em uma noite”, explica. Ele descreve a filosofia da boa queimada: “Queimada boa é a que zera a terra” (*O Estado de São Paulo*, 11/10/88).

Antes das queimadas, os donos dos sítios vendem a madeira nobre. Um metro cúbico de mogno vale Cz\$ 8 mil. “Em um ou dois anos a madeira aqui acaba”, afirma Omar Mittang [toreiro, corta árvores que serão transformadas em toras de madeira]. Mas as reservas florestais estão bem perto. “Nessas tem que ir com o maquinário, abrir a estrada e tirar a madeira rápido”, informa um outro toreiro (*O Estado de São Paulo*, 11/10/88).

(...) revela José Uria, dos Mantineri-xaminauá: “Colônia significa terra muito pequena, ao redor da floresta nacional. Eles dizem que podemos andar pela floresta, mas não é assim. Começam a invadir, penetrando devagar, até tomar tudo o que existe”. Uria diz: “Isso não entra na minha cabeça. É como empurrar a faca devagarinho, até chegar no coração”. Ele avisa que haverá luta: “Os índios não vão aceitar a colônia. A gente pode morrer, a gente pode matar, mas nas reservas ninguém entra” (*O Estado de São Paulo*, 14/10/88).

Já as instituições de pesquisa passam a ser citadas com mais regularidade na década de 80. É o caso já mencionado do INPE e do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), além da USP, UnB e da Nasa. O discurso científico, portanto, vem respaldar o discurso jornalístico com mais intensidade no que se refere à temática. As “pesquisas aplicadas” também passam a ser mais demandadas, como se verá na terceira citação.

Saber o mais que puder sobre os fenômenos amazônicos, como se está fazendo através do projeto em conjunto com a NASA, dessa forma, acabará nos ensinando como tratar a grande floresta sem agredi-la, de modo a comprometer a própria vida na terra. E para isso todos os recursos da high tech são empregados: no cosmo, no ar, na terra e até sob a superfície (*Manchete*, n. 1740, 24/08/85).

Em conclusão, o físico Marcos da Costa Pereira [INPE] afirma: “com os resultados obtidos neste trabalho pode-se dizer que os efeitos ambientais causados pelas queimadas na Amazônia são preocupantes. Embora continue a se ter muitas incertezas a respeito do que pode ocorrer futuramente em termos de mudanças climáticas, esses resultados fornecem uma excelente alternativa para investigar mais profundamente o fenômeno das queimadas” (*Ciência Hoje*, n. 9, 1988).

Os pesquisadores precisam é sair do academicismo e das posturas intelectuais, que costumam cercar os congressos, e partir para o conhecimento real, de campo, sobre a verdadeira realidade brasileira. Enquanto os pesquisadores discutem seus trabalhos em congressos e os publicam em revistas, o agricultor espera alguém que lhe ensine como manejar a floresta – afirmou Hebetete [Jean Hebetete, pesquisador da UFPA], que foi o principal palestrante do simpósio que teve como tema a ocupação da Amazônia (*O Globo*, 30/11/88).

A década de 90: meio ambiente é destaque

A década de 90, a exemplo da década de 80, também foi marcada por uma intensa cobertura jornalística sobre o tema. O ponto alto das publicações foram os anos de 1992,

1997 e 1998, em decorrência da realização da Rio 92 e dos períodos de seca provocados pelo fenômeno El Niño¹⁴, que, no caso brasileiro, culminaram com o incêndio florestal em Roraima (cujas repercussões ainda eram sentidas dois anos depois, como aparece na citação abaixo). Este incêndio foi um marco na história do ambientalismo brasileiro devido às medidas governamentais implementadas a partir daí, incluindo-se mais verbas orçamentárias para o Ministério do Meio Ambiente em relação aos anos anteriores.

O incidente deixou alguns ensinamentos. A partir de então, os incêndios florestais passaram a ser incluídos na pauta da gestão ambiental brasileira. Além disso, o Ibama criou um programa permanente de prevenção, monitoramento e combate de incêndios (*Ciência Hoje*, janeiro/fevereiro de 2000, p. 7).

No ano passado, a seca se repetiu na maior parte do País e a recuperação econômica colocou ainda mais fogo no campo. Este ano, os investimentos agrícolas se mantêm, mas a ocorrência do El Niño agravou a seca, fazendo o número de queimadas aumentar ainda mais (*O Estado de São Paulo*, 04/10/97).

Na segunda citação é possível perceber o atrelamento da questão dos desmatamentos e queimadas às linhas de incentivos fiscais do governo federal (“... a recuperação econômica colocou ainda mais fogo...”). Política característica da década de 70 e início dos anos 80, via Sudam, os financiamentos se mantiveram em relação à agropecuária, embora em menor escala e com outros agentes financeiros. O recuo deveu-se às fortes críticas feitas por diversos segmentos sociais ao avanço dos desmatamentos, principalmente as ONGs internacionais e universidades. Foi também na década de 90 que, após mais de um ano de espera, o Brasil sancionou a Lei de Crimes Ambientais, alvo de muitas críticas, principalmente dos ecologistas.

A lei dos crimes contra o meio ambiente, que abranda as punições por crimes contra animais e permite

responsabilizar empresas por danos à ecologia, será sancionada na próxima quinta-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com sete vetos. Entre os pontos aprovados no Congresso a serem eliminados do texto da lei está a permissão às autoridades ambientais para demolirem obras em desacordo com a legislação ambiental ou intervirem em empresas responsáveis por crimes ecológicos (*O Liberal*, 09/02/98).

Ao anunciar (...) o envio ao Congresso, esta semana, de uma nova “lei de crimes ambientais”, o governo estabeleceu a direção das mudanças que pretende implementar na atual política. Tais medidas, e sobretudo as confusas justificativas que as acompanharam, revelam que o Estado brasileiro continua imerso em confusão sobre seu papel nessa área (...). (*Jornal da Tarde*, 17/09/97, fala de representante da SOS Mata Atlântica).

Outros subtemas recorrentes nas matérias jornalísticas foram: o aumento nas quantidades de gás carbônico no continente latino-americano, os ataques dos insetos em Tucuui devido ao desequilíbrio ecológico causado pela hidrelétrica; o Projeto Calha Norte; o aumento das queimadas e da fumaça; o Projeto LBA [Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazônia]; a criação do Ministério da Amazônia; o efeito estufa e o aquecimento global. Destacam-se também:

- A “Operação Amazônia” do Ibama contra as queimadas;

Com isso, o governo espera se livrar da nuvem cinzenta de pressões de ambientalistas internacionais, que criticam o Brasil por permitir desmatamentos e queimadas numa área superior a 400 mil quilômetros quadrados da Amazônia nas últimas décadas (*O Estado de São Paulo*, 17/02/01).

- A insuficiência de recursos humanos e financeiros por parte do Ibama;

O governo alega falta de pessoal para punir os responsáveis pelas queimadas. O Ibama tem 82 fiscais

¹⁴ Segundo o relatório elaborado pelo Cptec-INPE em 15 de janeiro de 1998, disponível no site <www.cptec.inpe.br>, “o fenômeno El Niño é caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais do Pacífico Equatorial Oriental. O aquecimento e o subsequente resfriamento num episódio típico de El Niño duram de 12 a 18 meses. O aumento dos fluxos de calor sensível e de vapor d’água da superfície do Oceano Pacífico Equatorial para a atmosfera, sobre as águas quentes, provocam mudanças na circulação atmosférica e na precipitação em escala regional global, que, por sua vez, provocam mudanças nas condições meteorológicas e climáticas em várias partes do mundo” (COSTA R., 2002, p. 15).

para cuidar de 5 milhões de quilômetros quadrados de florestas na Amazônia Legal. Isso dá um fiscal para cada 60.000 quilômetros quadrados, área equivalente a duas Bélgicas (*Veja*, 08/11/95).

- As conseqüências ambientais da atividade garimpeira;

A degradação humana nas bordas da floresta só não é maior que a ambiental (...), garimpeiros embrenham-se na selva em busca de minas de ouro que não existem. Para caçar, também colocam fogo na mata. É uma forma de obrigar os animais a sair de suas tocas. O fogo queima de um lado e os garimpeiros esperam do outro, de espingarda em punho. A fumaça das queimadas encobre o sol em pleno dia (*Veja*, 20/08/97).

- A redução das taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia (no início da década);

As imagens de satélite deixam o Brasil numa situação incômoda perante a comunidade internacional. No fim da década de 80, o país era apontado como campeão da poluição por queimadas no mundo. Em razão disso, o governo brasileiro sofreu uma campanha intensa na imprensa estrangeira, viu-se ameaçado de boicote nos financiamentos internacionais e foi obrigado a tomar providências urgentes para proteger a floresta. Os resultados foram bons. Até o ano passado, o ritmo das queimadas tinha caído à metade, enquanto o desmatamento se reduziu 40% em apenas dois anos. Muitos especialistas estrangeiros vinham elogiando o Brasil por esse esforço na defesa do meio ambiente (*Veja*, 08/11/95, p. 90).

- O lançamento dos programas Prevfogo e Proarco, na esteira dos efeitos do incêndio de Roraima e a partir de dados de satélite que apontaram os pequenos agricultores como os co-responsáveis por desmatamentos e queimadas na Amazônia.

O programa “Prevfogo” quer preparar 120 mil pessoas em toda a região. “Os agentes devem estar aptos a orientar sobre a melhor forma de lidar com o fogo, prevenir e tratar dos riscos de incêndios em diversas localidades”, lembra Genoir Pilonetto, Vice-Presidente da Fetagri [Federação dos Trabalhadores na Agricultura] (*O Liberal*, 23/06/98).

O presidente Fernando Henrique Cardoso lançou ontem o Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco), uma iniciativa que deverá consumir aproximadamente R\$ 28 milhões. As ações de prevenção, controle e combate a incêndios florestais na Amazônia alcançarão 168 municípios brasileiros e dois milhões de moradores de uma área de 1.033.797,91 km². O Pará é o Estado com maior espaço territorial dentro do arco do desflorestamento – são 37 municípios que totalizam 143 mil km² e onde moram 327 mil pessoas (*O Liberal*, 09/07/98).

- O rechaçamento, por parte do exército, à idéia de transformar as áreas indígenas brasileiras em “nações independentes” e à proposta dos “capacetes verdes” (da ONU) protegerem a Amazônia.

Alertado pelos militares e com assessoria também do Itamaraty, o governo decidiu rechaçar a ajuda externa da ONU porque a proposta tinha embutida a idéia de criar uma força multinacional, apelidada de capacetes verdes. A ONU negou ontem que tenha proposto o envio de militares estrangeiros ao Brasil (*Folha de São Paulo*, 26/03/98).

Admitir a ajuda estrangeira, na visão dos militares e de boa parte do governo, seria admitir o fracasso brasileiro no gerenciamento da Amazônia. Seria, portanto, abrir as portas para a intervenção de outros países na região. É o que os militares durante anos chamaram, paranoicamente, de “internacionalização da Amazônia” (*Veja*, 01/04/98).

O número de matérias jornalísticas foi um pouco maior do que na década anterior, em virtude da grande cobertura midiática da Rio-92. Pelo mesmo motivo e em decorrência de alguns itens apontados acima (p. ex.: elevadas taxas de desmatamento, projeto LBA), houve uma ampla publicação de matérias sobre a Amazônia em periódicos estrangeiros (p.ex.: *The Economist*, *Los Angeles Times*, *The New York Times*) provocando reações por parte dos órgãos públicos e repercutindo na própria imprensa nacional. Nota-se o uso recorrente da palavra “denunciar” nas citações a seguir:

Como sempre aconteceu nos desastres que atingiram a Amazônia, o governo só agiu quando a imprensa internacional começou a mostrar as imagens do incêndio e a denunciar a omissão das autoridades (*Veja*, 01/04/98).

Há duas semanas, uma reportagem no jornal The New York Times denunciava que o Brasil estava queimando suas matas novamente e que o problema neste ano era maior que nos anteriores (*Veja*, 08/11/95).

As matérias jornalísticas desta década também acen- tuaram uma tendência já observada na década anterior, a de, a partir de dados de instituições científicas (particu- larmente do INPE, INPA e Ipam) e do respaldo do Ibama, apontar os pequenos agricultores como co-responsáveis por desmatamentos e queimadas. Observe-se que na citação seguinte, os agricultores são nomeados como “sem-terra”, numa referência ao movimento social organizado de mesmo nome, sem que o Presidente do Ibama faça nenhuma dis- tinção conceitual entre os diversos grupos que trabalham com agricultura familiar no Brasil.

Novo perfil – A grande novidade no estudo do Inpe, além dos números, é a mudança de perfil dos devastadores da Amazônia. Até a década de 80, o desmatamento era feito por grandes empresas, em projetos agropecuários financiados pelo governo, por colonos que migravam do sul do país para os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará. Agora, o fenômeno é outro. A migração acabou e os projetos agropecuários fracassaram. A destruição hoje se dá principalmente pelo cultivo de pequenas pro- priedades familiares na borda da floresta. Isso inclui áreas invadidas pelos sem-terra. Mais da metade dos desmatamentos pesquisados pelo Inpe tem menos de 100 hectares. Uma área considerada pequena nos padrões amazônicos. Embora não se possa relacionar todos esses desmatamentos aos sem-terra, é a primeira vez que um levantamento científico aponta a ligação entre agricultura familiar e destruição da floresta. “Grande parte da responsabilidade da devastação que acontece hoje é dos sem-terra”, afirma o presidente do Ibama, Eduardo Martins. “Os ecologistas não gostam de dizer isso, porque não é politicamente correto. No passado era muito mais fácil bater nos grandes fazendeiros e nos madeireiros.” (*Veja*, 04/02/98).

A falta de uma política de ocupação econômica da Amazônia responde por cerca de 40% do desmatamento da floresta. O incêndio que está destruindo milhares de hectares de vegetação da região tem sido provocado por pequenos agricultores que, desprovidos de recursos e sem orientação técnica, usam o fogo para limpar o ter-reno e preparar a terra para o plantio da próxima safra (*O Estado de São Paulo*, 05/10/97).

A exemplo das décadas anteriores, as matérias fo- ram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p. ex: *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Veja*, *Estado de São Paulo*), com uma média de 50% das matérias assinadas (portanto, com um enfoque um pouco mais apro- fundado, não se limitando apenas ao factual). Elas foram marcadas pelo já mencionado tom de “alerta” ambiental. Além dos pequenos agricultores, como “novos” co-respon- sáveis pelo desmatamento (a partir de dados científicos), as matérias jornalísticas também deram grande destaque às madeireiras, com ênfase para “exploração predatória da floresta”.

Brasília (AE) – O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, prometeu ontem “endurecer” com os madeireiros que atuam na Amazônia, afirmando que a grande maioria deles está na ilegalidade. Ele anunciou o repasse de R\$ 7 milhões para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) possa aumentar a fiscalização – inclusive utilizando heli- cópteros – e assinou convênio com a Procuradoria Geral da República para a punição dos que cometem crimes ambientais (*O Liberal On-Line*, 15/04/1999).

A Polícia Federal no sul do Pará descobriu que os ma- deireiros da região pretendem retirar pelo menos 100 mil metros cúbicos de madeira, principalmente mogno, de uma das áreas indígenas próximas ao município de São Félix do Xingu (PA). (*O Liberal On-Line*, 04/05/ 1999).

A principais fontes do período ainda foram os órgãos governamentais (Ibama, MMA, Funai, Mirad, SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos, Inbra, IBGE, Exército, Itamaraty, Sectam – Secretaria de Meio Ambiente do Pará, FEMA – Fundação Estadual de Meio Ambiente do

MT, Polícia Federal, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros), seguidos dos institutos de pesquisa e universidades (INPE, INPA, USP, Embrapa), das ONGs (WWF, Ipam, Amigos da Terra, IEA – Instituto de Estudos Avançados, Ecoforça, Imazon, ISA – Instituto Sócio-Ambiental, Greenpeace) e dos organismos internacionais (Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, FAO – Food and Agriculture Organization, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD, ONU, Nasa, Força Aérea da Argentina). Também foram ouvidos, com muito mais frequência que na década de 80, agricultores e seus organismos de representação (p. ex.: GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Fetagri), inclusive por conta da referida “co-responsabilidade” pelos altos índices de queimadas na Amazônia.

ONG’s, como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), rebateram os dados, assegurando que o percentual de queimadas dos pequenos produtores não passa de 10% do total (*O Estado de São Paulo*, 30/10/97).

No entanto, as vozes desses agentes sociais, de um modo geral, ainda foram usadas para ratificar o discurso do próprio jornalista, o que serviu para confirmar a referida “co-responsabilidade”. Em outros casos, embora com menor frequência, as matérias mencionavam a necessidade dos agricultores em relação ao uso do fogo em suas atividades. As citações abaixo exemplificam os dois casos.

Era uma área florestal que o pernambucano João Noia, de 52 anos, decidiu transformar em pastagem para oitenta cabeças de gado. “Sou desbravador e não estou aqui brincando com fogo”, diz Noia. “O Ibama pode vir aqui e multar quantas vezes quiser, porque eu queimo mesmo e todo mundo aqui queima. Esse é o nosso meio de vida” (*Veja*, 08/11/95, p. 92).

Em fevereiro, o lavrador Francenildo Silva, de 27 anos, já tinha queimado seu terreno para plantar arroz, tomate e pepino e renovar o pasto. Morando numa pequena casa às margens da BR-174, que hoje em alguns trechos se assemelha a um túnel de fumaça, Francenildo conseguiu evitar que o fogo alcançasse a floresta, a pouco mais de 20 metros de seu roçado. Na quarta-feira passada, ele resolveu queimar o restante da área. Dessa vez, o fogo ganhou a luta territorial e atingiu a selva. Enquanto as chamas crepitavam ele procurava justificar-se: “Pelo

menos já limpei minha terra. Não tenho nada a ver com a floresta”. (*Veja*, 01/04/98, p. 92).

Belém (AE) – A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) calcula que cerca de 300 mil famílias de agricultores de todo o Estado devem fazer uso das queimadas, a partir de julho, para preparar o solo e garantir o plantio de culturas como feijão, milho, arroz, cacau, café e pimenta-do-reino. Segundo o diretor da Fetagri, Genoir Pilonetto, essas famílias não podem ser impedidas de garantir a própria sobrevivência. “O que temos que fazer é nos mobilizarmos para orientá-las sobre a melhor forma de lidar com o fogo e prevenir risco de incêndios”, disse diretor da Fetagri (*O Liberal On-Line*, 08/11/95).

Já as universidades e institutos de pesquisa se consolidaram como uma das fontes principais dos jornalistas e, inclusive, dos próprios órgãos governamentais. O discurso científico tornou-se a base do discurso jornalístico sobre a temática, em matérias que avançaram em relação ao mero registro do factual. Em menor escala, mas já apontando para sua consolidação a partir do novo século, as ONGs também ganharam mais espaço nas publicações e se tornaram fontes privilegiadas dos jornalistas.

CAMPINAS – O Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, anuncia, hoje, algumas medidas prioritárias para a conservação da biodiversidade no cerrado e no Pantanal. Cria uma estratégia ambiental integrada e um grupo de trabalho misto – governamental e não-governamental – para transformar em planos de ação as sugestões feitas por 200 cientistas e ambientalistas, reunidos num workshop, em março de 1998 (*O Estado de São Paulo*, 08/09/99).

O tamanho do incêndio provocou intenso debate na comunidade científica e ambientalista, sobre a necessidade de avaliar seus reais impactos nas formações florestais, gerando forte “pressão” sobre órgãos ambientalistas dos governos federal e estadual. Em meados de abril de 1998, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) formou equipes com cientistas de diferentes universidades e centros de pesquisa para fazer uma avaliação dos impactos do fogo (*Ciência Hoje*, janeiro/fevereiro de 2000, p. 26).

Os pequenos proprietários foram os principais responsáveis pelas queimadas na área do “arco do desmatamento”. Segundo o Ipam, as queimadas também foram bem maiores em 1995 do que no ano anterior. Em 1995, os agricultores de pequeno porte queimaram em torno de 20% de suas terras, em comparação com 12% dos médios proprietários e com pouco mais de 5% dos grandes fazendeiros (*O Estado de São Paulo*, 13/08/97).

O novo século e o “olhar verde”

O período de três anos, principalmente, referentes ao séc. XXI analisados por esta pesquisa, mostra a tendência crescente para o tratamento das questões ambientais pela chamada grande imprensa. Embora o número de matérias ainda não seja suficiente para deduzir se haverá um aumento expressivo em relação à década de 90, já é possível inferir que temáticas como “efeito estufa”, “aquecimento global”, “seqüestro de carbono”, ao lado dos desmatamentos e queimadas, ocuparão as primeiras páginas de jornais e capas de revistas pelo mundo todo.

Esses primeiros anos, a exemplo da década de 90, também foram marcados por uma significativa cobertura jornalística sobre o tema, embora 2000 e 2001 tenham sido anos mais chuvosos, portanto, com uma incidência menor de queimadas na Amazônia. O tema dominante, durante os três anos nas matérias publicadas, foram as queimadas, com aumento significativo em 2002. Também foi no início dos anos 2000 que as campanhas de prevenção a incêndios florestais, baseadas na disseminação de informações e treinamentos sobre técnicas de prevenção a queimadas para pequenos agricultores, ganharam mais impulso. Destacam-se nesse período as campanhas da CNA/Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Amigos da Terra, Ipam, GTA/Ibama e Embrapa. A imagem dos agricultores como co-responsáveis pelos desmatamentos e queimadas, desta forma, é tida como um fato pelos órgãos governamentais.

Em 2000, pela primeira vez, o Ministério da Agricultura lançou numa campanha contra as queimadas agrícolas, com sua cartilha de tecnologias alternativas ao uso do fogo, somando esforços ao Ministério do Meio

Ambiente, que já vinha intensificando a fiscalização do Ibama (...). E as campanhas governamentais agora começam antes da temporada de queimadas, com cursos e discussões de agendas positivas. As organizações não governamentais (ONGs) também se mobilizaram (...). (*O Estado de São Paulo*, 19/08/01).

Outros subtemas recorrentes nas matérias jornalísticas foram: crítica à prática de corte e queima feita pelos agricultores familiares, levando ao desmatamento; aumento no número de multas por desmatamento irregular aplicadas pelo Ibama; a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico em Roraima; críticas ao Programa Avanço Brasil do governo federal; o avanço da soja no MT e PA; as altas taxas de desmatamento em 2001; a realização da RIO+10 (Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável); e a exploração ilegal de madeira. As acirradas discussões envolvendo ambientalistas, ruralistas e o Governo sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro também começavam a se intensificar. Nota-se na citação abaixo que o mito da “internacionalização da Amazônia”, bastante recorrente no discurso dos militares nas décadas anteriores, continua presente no discurso político.

O deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR), relator da comissão parlamentar encarregada de propor a criação do novo Código Florestal Brasileiro, disse ontem que as ONGs ambientalistas mentem, “orquestradas por interesses internacionais”, ao afirmar que seu anteprojeto permitiria reduzir para 20% a reserva legal (ou seja, a área que não pode ser desmatada) em propriedades rurais da região amazônica (*Folha de SP On-Line*, 25/04/2001).

A exemplo das três décadas anteriores, as matérias foram produzidas por jornalistas locais, correspondentes e enviados especiais (particularmente de jornais e revistas do sudeste do país, p. ex: *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Vêja*, *Estado de São Paulo*) com mais de 50% das matérias assinadas. Foi observada também a publicação de matérias sobre a Amazônia em periódicos estrangeiros (p. ex.: *Newsweek* com a capa: “Defending the Amazon: has Brazil finally figured out how to save de rain Forest?”¹⁵, 28/02/2002).

¹⁵ Defendendo a Amazônia: o Brasil finalmente descobriu como salvar a Floresta Tropical?

As principais fontes do período foram, assim como na década de 90, os órgãos governamentais (Ibama, MMA, MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, CPRM – Companhia de Recursos Minerais, Ministério de Minas e Energia, Fema, IBGE), seguidos dos institutos de pesquisa e universidades (Universidade de Michigan, Universidade Estadual do Norte Fluminense, UnB, Universidade Federal de Lavras, USP, MIT – Massachusetts Institute of Technology, INPE, INPA, Embrapa, Smithsonian Tropical Research Institute), das ONGs (ICV – Instituto Centro de Vida, WWF, WHRC – Wood Hole Research Center, Ipam, Amigos da Terra, Imazon, ISA, Greenpeace) e dos organismos internacionais (BIRD). Também foram ouvidos agricultores, fazendeiros e seus respectivos órgãos de representação, mas com um espaço muito mais reduzido do que o das demais fontes citadas. Consolidam-se, portanto, como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para “falar” sobre a Amazônia: as fontes do campo científico e ambiental (particularmente as ONGs), além das vozes do já tradicional campo político.

Conclusões

A análise das matérias jornalísticas veiculadas pelos principais veículos impressos do país e por algumas publicações estrangeiras (p. ex.: *The New York Times* e *Newsweek*), durante as quatro últimas décadas aproximadamente, tendo como referencial teórico/metodológico a “Semiologia dos Discursos Sociais”, permite resumir algumas conclusões:

- Houve o domínio de matérias jornalísticas descritivas e factuais no material analisado, caracterizadas por um tom de “alerta ambiental” (embora, a partir da década de 80 tenha se observado um número um pouco maior de reportagens que buscavam apresentar as causas, conseqüências e repercussões dos fatos mencionados);
- O fogo e as queimadas foram tratados na maioria das reportagens como fenômeno de características e conseqüências predominantemente negativas, a par de sua importância como instrumento agrícola em muitas localidades na Amazônia;
- Os conhecimentos empíricos acumulados a respeito da utilização e manejo do fogo por pequenos agricultores, índios e ribeirinhos foi pouco mencionado nas reportagens e, quando isto ocorreu, essas técnicas tradicionais foram consideradas “artesanal” e “rudimentares”;
- Os órgãos governamentais foram a fonte principal das informações em todo o período. Nota-se, no entanto, que já a partir do final da década de 80, também passaram a se constituir, como fontes constantes de informações, instituições de pesquisa e ONGs;
- Os pequenos agricultores, fazendeiros, índios, madeireiros e seus respectivos órgãos de representação apareceram de “forma secundária” nas matérias durante todo o período, ora como “vilões”, ora como “vítimas” do acentuado processo de desmatamento e queimadas na Amazônia;
- A cobertura do tema nos jornais locais, particularmente *O Liberal* (jornal paraense), não foi regular e esteve bastante atrelada ao acontecimento de eventos especiais (p. ex.: ações do Ibama);
- A cobertura jornalística na década de 70 se caracterizou, em linhas gerais, pelo posicionamento secundário do tema na imprensa. Na época, as queimadas e os incêndios florestais apareciam, na maioria das vezes, como um assunto complementar, em geral associado à questão dos projetos de colonização na Amazônia;
- A questão ambiental ganhou notoriedade na década de 80, com a nova Constituição, e em virtude da posição de destaque que as queimadas e incêndios florestais passaram a ocupar na imprensa brasileira, municiada por imagens e dados de satélites;
- As matérias jornalísticas da década de 90 acentuaram uma tendência já observada na década anterior, a de que, a partir de dados de instituições científicas (particularmente do Inpe, Inpa e Ipam) e do respaldo do Ibama, se apontasse os pequenos agricultores como co-responsáveis por desmatamentos e queimadas;
- Também na década de 90, as universidades e institutos de pesquisa se consolidaram como uma

das fontes principais dos jornalistas e, inclusive, dos próprios órgãos governamentais. O discurso científico tornou-se a base do discurso jornalístico sobre a temática, em matérias que avançaram em relação ao mero registro do factual. Em menor escala, mas já apontando para sua consolidação a partir do novo século, as ONGs também ganharam mais espaço nas publicações e se tornaram fontes privilegiadas dos jornalistas;

- Nos anos 2000, a partir da tendência registrada na década anterior, já é possível antever que temáticas como “efeito estufa”, “aquecimento global”, “sequestro de carbono”, ao lado dos desmatamentos e queimadas, ocuparão as primeiras páginas de jornais e capas de revistas por toda a década.

Retomando Foucault, nota-se, portanto, que o discurso jornalístico do período estudado foi construído a partir de três *formações discursivas* principais: o discurso político, o discurso científico e o discurso ambiental das ONGs. Essa tendência, provavelmente, será mantida pelos próximos anos, pois tratam-se das vozes detentoras do conhecimento específico sobre o tema. Pode-se antever, no entanto, o acirramento dessa disputa discursiva (já existente, mas ainda muito desigual, porque baseada em relações diferenciadas de poder) que envolve também os outros segmentos sociais: pequenos agricultores, fazendeiros, madeireiras, ribeirinhos e índios. A partir, principalmente, do fortalecimento institucional desses grupos, eles estarão em melhores condições para fazer valer, para o restante da sociedade, suas diversas visões e demandas ambientais, ainda não incorporadas de forma efetiva pelo discurso jornalístico.

Referências

ARAÚJO, I. Ligações estratégicas: comunicação, políticas públicas e intervenção social. In: MOTTA, L. G. et al. *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. *A reconversão do olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.

BARROS FILHO, C. de; MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARDOSO, J. M. *Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids na TV (1987-1999)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.

CASTRO, E. M. R. Pobreza, desenvolvimento e crise ecológica: organizações do campo como resposta. In: *Comunidades rurais, conflitos agrários e pobreza*. OLIVEIRA, N. P. (Org.). Belém: Editora da UFPA, 1992, p. 68-81.

COSTA, F. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 2000a.

_____. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L. R.; COSTA, F. de A. (Orgs.) *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000b.

_____. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

_____. Novos paradigmas e realidade brasileira. In: XIMENES, T. (Org.) *VI Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

COSTA, L. *Comunicação e meio ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

_____. *Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*. Tese (Doutorado). Belém: UFPA/NAEA, 2004.

COSTA, R. *Queimadas, mudanças ecológicas e transformações nas atividades Agroextrativistas da fronteira agrícola Amazônica: o ponto de vista dos pequenos produtores de duas localidades na região de Paragominas/PA*. Tese (Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA/Embrapa). Maio, 2002. Mimeo.

- DUTRA, M. J. S. *A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiteraões dos discursos sobre a natureza*. Tese (Doutorado). Belém: NAEA/UFPa, 2003. Mimeo.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4. ed., 1995.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na construção da análise de discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- LUCARELLI, H. Z.; LIMA, M. G. C.; RESENDE, M. L. F. Queimadas e incêndios florestais na imprensa brasileira: uma análise de conteúdo. *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, n. 13, p. 19-37, jan./mar. 1995.
- LUFT, S. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2005.
- MARTINO, L. M. S. *Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso*. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARTINS, J. de S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 6, n. 1-2, junho, 1995.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MCCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Trad: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta: colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. 2 volumes. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. Mimeo.
- NEPSTAD, D. C.; MOREIRA, A. G.; ALENCAR, A. A. *A floresta em chamas: origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia*. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 5. ed., 2003.
- _____. et al. (Orgs.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- _____. *Protagonistas do/no discurso. Foco e pressuposição*. Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978, p. 30-41.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PINTO, M. J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- SOUZA, M. L. de L. *Pequenos produtores e o manejo comunitário do fogo: a experiência da comunidade de Del Rei, Paragominas*. Pará: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM, outubro de 2000. Mimeo.
- VIOLA, E. J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.